



Anais da Assembléia

Nº 68

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 100ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1975 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Francisco Escorsin e Basílio Zanusso.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 77/75, veto aposto ao Projeto de Lei nº 19/74, de autoria do Sr. Ex-Deputado Estadual Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo criar na Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, os Cursos de Orientador Educacional e Supervisor de Ensino. Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto. Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 20, às 9.30 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1975 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Rosário Pitelli.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Basílio Zanus-

so, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 70/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, observadas as formalidades regimentais, requer, ouvido o plenário, o envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, solicitando a instalação de Inspeção de Ensino de Nova Londrina.

JUSTIFICATIVA:

Nova Londrina, importante centro agropecuário cravado no Noroeste do Estado, vivendo dinâmica e crescente fase de industrialização, firmou-se pelo trabalho de sua gente, como notável município paranaense.

Solidamente estruturado, a confiança em seu futuro é fator inegável de atração para brasileiros de todos os cantos, trabalhadores de origens outras que para ali acorrem e incansáveis, transformam-se em artifícios de um futuro em segurança e bem-estar pródigos.

Prestes a se tornar importante tronco rodoviário com a extensão da Rodovia do Café até as barrancas do fabuloso Rio Paraná, ligando nosso Estado ao território matogrossense, prestes a sediar importante parque açucareiro, sede de há muito de sólida cooperativa agrícola, Nova Londrina representa garantido aval para qualquer investimento governamental de valorização do homem.

Que se faça então presente o Governo do Estado do Paraná, como prova de reconhecimento pelo que sobejamente ali carreira, proporcionando ao município de Nova Londrina, sua justa emancipação, sua devida autonomia no campo educacional, instalando lá, sediando lá, uma Inspeção Regional de Ensino, com jurisdição sobre os municípios de Marilena, Itauna do Sul e Diamante do Norte, desmembrando-os da IRE de Terra

Rica, cuja distância é fator de retrocesso, de impecilhos e inconvenientes originados pela morosidade no andamento das exigências burocráticas próprias do setor. São 60 quilômetros de estradas de leito natural, arelhos e poeira nos dias de seca, barrentas e perigosas nas chuvaradas. Que a SEC, órgão ao qual dirigimos nossa proposição, proceda os estudos necessários para a implantação de uma IRE em Nova Londrina. Serão eles as justificativas maiores.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de julho de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais. REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente à Diretoria da Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, solicitando urgentes providências no sentido de ser regularizada a distribuição de água pela rede da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba, onde, já há cinco dias, falta o precioso líquido, causando sérios problemas aos moradores.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para que autorize o início da construção do Ginásio de alvenaria, na sede do município de Pérola.

Outrossim, o município de Pérola, não possui prédio de alvenaria para o Ginásio Estadual.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, apelando no sentido da necessidade de serem determinadas urgentes providências para o revestimento primário da estrada que liga a cidade de Palmeira a São João do Triunfo, que se encontra em péssimas condições de tráfego.

Acresço dizer que a estrada em apreço serve não só a região, como também grande parte de pessoas que demandam da região Sudoeste do Estado, sendo, portanto, necessários os serviços ora reivindicados, até que se concretize a sua pavimentação asfáltica, com justiça, de tão longa data almejada pelo povo da região.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ciência e aprovação do plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, PEDIDO DE INFORMAÇÕES, abaixo especificado:

1 - Tem a Secretaria de Agricultura conhecimento do grande ritmo de desmatamento que se desenvolve no Paraná? Tomou a mesma medidas para evitar que este continue e transforme em futuro próximo nosso Estado em um grande deserto?

2 - O setor madeireiro tem uma participação efetiva e significativa na economia do Estado. Não acha a Secretaria de Agricultura que este setor deveria merecer maior atenção por parte do Poder Executivo?

3 - Qual o apoio que a atual administração tem dado para a solução dos graves problemas florestais? Que recursos foram ou estão sendo aplicados neste setor?

4 - Quantos técnicos possui a Secretaria atuante na parte florestal?

5 - Qual o apoio dado pelo Estado no caso específico da erva mate?

6 - O que se tem feito em favor das espécies folhosas nativas?

7 - Como atua a fiscalização, por parte da Secretaria da Agricultura, nas áreas de mata consideradas de preservação permanente? Qual o corpo técnico disponível?

8 - Qual a atuação da Secretaria de Agricultura no campo florestal para traçar e desenvolver uma política florestal eficiente?

9 - Um em 1966, a pedido da ex-Codepar e outra em 1974, financiado pela Sudesul e Governo do Estado do Paraná, com a coordenação da Secretaria de Planejamento. Em ambos os trabalhos e em Congressos Florestais realizados em nossa Capital, foram mostrados os graves problemas e apresentadas sugestões, porém o não cumprimento das mesmas, mostra a necessidade da criação de um órgão "específico" que atue na área florestal. Não deveria ter o estado um órgão que se preocupasse especificamente com o problema florestal?

10 - Os Estados de São Paulo e Minas Gerais possuem órgão específico estadual para a coordenação da política florestal para a coordenação da política florestal (Institutos). Não deveria ter o Paraná, estado tradicionalmente madeireiro, semelhante órgão?

11 - Nossa sugestão para a criação do Instituto Florestal, órgão este que concentraria esforços e forneceria subsídios no sentido de solucionar os graves problemas florestais de nosso Estado, como foi analisada pelo Sr. Secretário?

12 - Supondo ser o IAPAR a solução dos problemas florestais:

a - Qual a capacidade florestal do IAPAR em termos de técnicos e pessoal especializado, e quais os recursos a serem utilizados?

b - Está o IAPAR capacitado para arcar com a coordenação da política florestal?

c - Não está este órgão desvinculado geograficamente do Sul do Estado (região madeireira)? Esta separação física não pode prejudicar a administração?

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 78/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, o "INSTITUTO PAULO VI", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Paulo VI é uma entidade de cunho eminente-

mente filantrópico, com objetivo plenamente delineado no Estatuto anexo, cujo escopo fundamental, consubstanciado nos seus 33 artigos, é dirigir em consonância com a hierarquia da Igreja Católica Romana, o Movimento de Cursilhos de Cristandade no território Arquidiocese de Curitiba.

Do próprio significado da palavra filantropia – amor à humanidade – extrairmos toda a beleza e grandeza do Movimento Cursilhista.

Além de despertar potencialidades espirituais, esquecidas, por muitos de seus participantes, ensaja-lhes um maravilhoso reencontro com Deus, avivando, nos mesmos, sentimentos de solidariedade humana e o interesse constante pela sorte de seus semelhantes.

Em um mundo tão conturbado pela violência e pelo ódio, o surgimento dos Movimentos Cristãos, do qual se destaca o Movimento Cursilhista, só pode merecer o nosso entusiasmo e apoio.

São essas, pois, as razões que nos levam a apresentar esta proposição à consideração dos ilustres membros desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 79/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica criado no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Ouro Verde do Piquiri, com as seguintes delimitações:

NORTE: – (divisa com o município de Ubitatã) da barra do rio Melissa com o rio Piquiri, subindo este até encontrar a barra com o rio Dos Porcos ou Cachoeirinha.

LESTE: (distrito de Anahy – divisa) da barra do rio Piquiri com o rio Dos Porcos, subindo as águas deste até alcançar a estrada Timburi e seguindo por esta até encontrar com a BR-369.

SUL: – (divisa com a sede do município) do entroncamento da estrada Timburi com a BR-369, seguindo por esta até alcançar a divisa do lote 35 com os lotes 40, 39, 38, 37 – todos da gleba nº 3 e seguindo por ela até o rio Melissa.

OESTE: – (divisa com o município de Cascavel e Nova Aurora) – Da divisa do lote nº 35 com o lote 37 da gleba nº 3, onde se encontra com o rio Melissa, descendo por este até alcançar a barra com o rio Piquiri, ponto de partida do Norte.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de lei à consideração dos Senhores Deputados, reafirmamos inicialmente que ele representa a vontade dos habitantes da região, visto ser lei municipal de nº 10/74, aprovada pela Câmara Municipal de Corbélia. Prende-se portanto o plano de lei ora em questão, o de propiciar a afirmação desta Casa e dar condições administrativas para que o município de Corbélia possa, com seus distritos administrativos delimitados e legalizados promover o progresso no município que conta com mais de 60.000 habitantes distribuídos nestes distritos.

PROJETO DE LEI Nº 80/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica criado no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Iguatu, com as seguintes delimitações:

NORTE: – (divisa com o município de Ubitatã) da barra do rio Sapucaí ou Rebouças com o rio Piquiri, subindo por esse até alcançar a barra do rio Tourinho.

LESTE: – (divisa com o município de Guaraniaçu) da barra do rio Piquiri com o rio Tourinho, subindo suas águas até alcançar a divisa do lote 10 com o lote nº 13 da gleba nº 10.

SUL: – (divisa com o distrito de Braganey) do rio onde divide com os lotes 10 e 13 da gleba nº 10, segue a divisa dos mesmos até alcançar a divisa do lote nº 11-A com o lote 12-B da gleba nº 10 e seguindo por ela até o rio Veado, descendo este até a barra do rio Novais, subindo o rio Novais até a divisa da gleba 8 e 9 pelos lotes 85, 80, 81 e 82 da gleba nº 9 com os lotes 25, 26 e 24 da gleba nº 8, seguindo por ela até alcançar o rio Sapucaí ou Rebouças.

OESTE: – (divisa com a sede do município) e o distrito de Anahy da gleba 8 e 9, das divisas delas, onde se encontra o rio Sapucaí ou Rebouças, descendo suas águas até alcançar a barra com o Rio Piquiri, ponto de partida do Norte.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de lei à apreciação dos nobres pares, visamos somente dar um referendo à lei municipal que o criou (lei nº 10/74 de 23/5/74) confirmando assim a vontade dos seus habitantes e dando condições administrativas o que virá dar condições plenas, com a aprovação deste plano pelos Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 81/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica criado no município de Corbélia, o distrito Administrativo de Braganey, com as seguintes delimitações:

NORTE: – (divisa com o distrito de Iguatu) – Do Rio Tourinho, onde divide com os lotes 10 e 13 da gleba 10, segue a divisa dos mesmos até alcançar a divisa do lote 11-A (onze-A) com o 12-B (doze-B) da gleba 10 e seguindo por ela até o rio Veado, descendo este até a barra do rio Novais, subindo o rio Novais até as divisas das glebas 8 e 9 pelos lotes 85, 81 e 82 da gleba nº 9, com os lotes 26, 25 e 24 da gleba nº 8 até alcançar o rio Sapucaí ou Rebouças.

OESTE: – (divisa com a sede do município) Da divisa das glebas 8 e 9 pelos lotes 82 da gleba nº 9 com o lote 24 da gleba nº 8, que se encontra com o rio Sapucaí ou Rebouças, subindo suas águas até a barra do rio Piquirizinho, subindo as águas deste até a barra do rio Bonito, subindo o rio Bonito até alcançar a divisa do município de Corbélia com o município de Cascavel.

SUL: – (divisa com o município de Cascavel) – Do rio Bonito seguindo a divisa do município de Corbélia com o município de Cascavel, até alcançar o rio Tourinho.

LESTE: – (divisa com o município de Guaraniaçu) – Do rio Tourinho onde divide com o município de Cascavel, desce suas águas até alcançar a divisa do lote 10 e 13 da gleba nº 10, ponto de partida do Norte.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de lei à apreciação dos nobres pares, queremos dizer que, uma vez aprovado, a municipalidade de Corbélia obterá condições legais, para o funcionamento do Distrito de Braganey, tendo em vista sua criação através

da Lei Municipal nº 10/74, de 23 de maio de 1974. Pretendemos reafirmar a vontade do povo que, por intermédio de seus representantes na Câmara Municipal de Corbélia, criou, inclusive, com as delimitações acima expressas. É com esta intenção que apresentamos, e contamos com a aprovação dos Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 82/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica criado no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Rio do Salto, cujos limites constam na documentação em anexo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Com a apresentação do presente plano de lei, visamos apenas referendar a vontade dos habitantes da região, uma vez que, através da Lei nº 975/72, o Executivo Cascavelense criou o Distrito Administrativo de Rio do Salto. Com esta intenção que apresento e conto com a aprovação dos Nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 84/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, o trecho da estrada de rodagem que, partindo da BR-277 (km 361), passa pela sede do município de Catanduvas e pelo Distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu.

Art. 2º - As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O município de Catanduvas, pelo seu intenso desenvolvimento, tomou um impulso peculiar, devido ao apreciável volume de indústrias e de alto comércio, sustentado pela extração e beneficiamento de madeira e por sua expressiva projeção agrícola.

Por outro lado, o Distrito de Três Barras representa o centro comercial de todo aquele território do Vale do Rio Iguaçu. Apesar de se tratar de localidade cujo progresso é notório, está mal servida de estradas de rodagem, as quais, sendo de leito natural, ficam constantemente intransitáveis.

Considerando que Catanduvas dista apenas 13 quilômetros do pavimento da BR-277 e que a conservação e melhoria do trecho que se pretende transferir aos cuidados do DER é de uma importância para o escoamento da produção industrial e agrícola daquele município, e justo que lhe seja decidida atenção por parte do Governo.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do expediente.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início do mês passado, depois de haver desentranhado dois projetos de lei que tramitavam por esta Casa no sentido de alcançar a criação de um novo município, anunciamos que iria-

mos preparar as documentações exigidas pela Lei Complementar nº 1 e pelo Ato Complementar nº 46, a fim de que através da Mesa desta Casa, fossem encaminhadas ao Exmo. Sr. Presidente da República, solicitando autorização para a criação do município de Curiúva.

Temos em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todas as documentações necessárias, com exceção da que não nos foi fornecida pelo IBGE sob a alegação de que tal documentação, só poderia ser fornecida através de requerimento formalizado por V. Exa., Sr. Presidente.

Estamos anexando esta documentação ao requerimento de nossa autoria onde pedimos a V. Exa. que requeira ao IBGE o documento que levará o nº 2 e que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente da República, anexando a solicitação para que se crie o município de Figueira.

Inicialmente o documento sob nº 1 diz o seguinte:

"Nós que abaixo assinamos, eleitores do distrito de Figueira, município de Curiúva, vimos pelo presente solicitar de Vossa Excelência a tramitação junto às autoridades competentes a documentação para de acordo com as exigências da Legislação Federal no assunto, conceder a criação do município de Figueira, desmembrando-se do município de Curiúva.

Seguem-se duzentas assinaturas de duzentos eleitores daquela localidade.

O documento nº 2 é aquele que solicita ao IBGE o número de pessoas existentes naquela localidade e que foi negado.

O documento nº 3, certidão que corresponde ao número do registro de eleitores existentes naquela localidade que dá conta de 2.488 eleitores existentes no município de Curiúva distrito de Figueira.

O documento nº 4 é a certidão da Prefeitura certificando haver naquela localidade 250 casas, completando perfeitamente as exigências da Lei Complementar.

O documento nº 5 corresponde à arrecadação efetuada dentro do distrito de Cr\$ 301.409.000,00.

Finalmente, o documento nº 6 da Prefeitura Municipal que dá a prestação da cota do imposto único sobre os minérios de Cr\$ 402.404.000,00.

Jutando estes documentos, encaminhamos à Mesa, nesta oportunidade, o seguinte requerimento:

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei, requer, à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado com urgência urgentíssima, na forma em que dispõe a Lei Complementar nº 01 de 9 de novembro de 1967, os documentos de 1 a 6 anexo a este ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA solicitando autorização para o procedimento de plebiscito e a competente criação do município de Figueira neste Estado.

Requer, ainda, que a Mesa obtenha, do IBGE, a certidão que corresponda ao número de habitantes atuais na localidade em hipógrafe, fazendo juntar os documentos anexados, dando ao mesmo nº 2.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975."

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que tinha para o Pequeno Expediente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira. - (ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, terceiro orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao ler a reportagem publicada ontem pelo jornal a "Folha de Londrina", perguntamos qual seria a reação, se o Prefeito de Londrina pertencesse ao nosso partido, Aliança Renovadora Nacional?

Fiz estas perguntas a mim mesmo, porque o jornal de on-

tem traz graves acusações de que, em Londrina, em vista do projeto da Via Expressa, gente humilde foi tirada do local onde residia ainda que em favelas, para viver hoje em pequenos cubículos, sem nenhuma condição.

Aqueles que ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, observaram a "Folha de Londrina", verificaram que há uma enorme reportagem intitulada "FAVELADOS DA VIA EXPRESSA AGUARDAM SOLUÇÃO".

É importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que desta tribuna se dê conhecimento também ao problema que ocorre na cidade que representamos.

A reportagem inicia dizendo: (Lê):

"327 famílias de favelados que desde fevereiro estão morando em precário conjunto habitacional, Pindorama, aguardam há quase 1 mês medidas da Prefeitura, que venham solucionar seu problema. Em fevereiro a Prefeitura, ao removê-los e transferi-los por seus barracos estarem no trajeto da Via Expressa, do Córrego das Pombas e transferi-los para o conjunto, afirmou que a situação era provisória. Vários pavilhões de concreto e tijolos foram erguidos no Conjunto Pindorama, para abrigar os favelados tirados do caminho da Via Expressa. A distribuição dos cômodos foi baseada no número de pessoas de cada família, as famílias com mais de cinco filhos dispõem de dois pequenos cômodos para sua moradia.

Outras famílias menores, segundo o critério de divisão utilizado, usam uma repartição menor, ou seja, um cômodo apenas.

Isto, repito, está acontecendo em Londrina!

"Para Sebastião Moreira, um dos moradores, a situação precária dos pequenos compartimentos onde reside ficou ainda pior, com a falta de energia elétrica. Explica que a falta de luz é uma das causas para o agravamento da sarna". De que adianta ter ferro elétrico para passar a roupa depois de fervida, se não tem luz?"

Continuando, ele acrescenta que a situação de vida dos favelados é desoladora, pois além de serem quatro famílias a usar um único sanitário, a maioria vivem em completo desconforto.

A reportagem é extensa, e seria interessante que os Srs. Deputados tomassem conhecimento dela, foi publicada no dia de ontem.

Eu gostaria somente de ler ainda o REGULAMENTO: (Lê):

"A Prefeitura elaborou um regulamento para a pequena comunidade, denominado "Regulamento para os moradores do núcleo de habitação provisória". As regras foram estrategicamente colocadas atrás de cada porta. São seus itens:

- 1) Esta moradia é provisória. Cada família deve procurar o mais rápido possível, um lugar para morar.
- 2) O mesmo tanque, o mesmo banheiro e o mesmo sanitário serão utilizados por quatro famílias.
- 3) Cada semana uma família se responsabilizará pela limpeza do banheiro, chuveiro e tanque.
- 4) Não jogar lixo na rua. Usar os latões da Prefeitura Municipal.
- 5) Procurar fazer amizade com os vizinhos para que tudo corra bem.
- 6) Cuidar bem de sua moradia, deixando-a sempre limpa.
- 7) As quatro famílias deverão combinar a maneira e o horário de usar o tanque.
- 8) Existe uma escola perto do conjunto para a matrícula das crianças.
- 9) Qualquer informação deverá ser procurado o centro comunitário em frente às casas".

Na creche. Muitas mulheres que trabalham fora e que não, dispõem de tempo para cuidar dos filhos menores deixam-nos aos cuidados da creche do centro comunitário, mediante o pagamento de dez cruzeiros mensais por criança.

Para muitos dos favelados a mudança para as novas moradias (residências), "não melhorou a vida de ninguém". A miséria

dentro das casas é vergonhosa. Muita gente passando fome. E ninguém faz nada. Prometeram para a gente apenas três meses. Já passou o prazo, e agora? questionam. Uma das famílias do favelado mais atingida pela miséria é a de Laudevino dos Santos. Em virtude de ter sofrido uma séria operação na garganta, permanece inválido e inativo para qualquer atividade.

Conforme esclarece, o dinheiro que seus filhos conseguem pedindo esmolas, é muito pouco. É o único meio de que dispõe para manter uma pequena porção diária de arroz e feijão, insuficiente para toda a família.

NÃO PASSAVA FOME.

Otacílio Dias é jardineiro. Reside em um cômodo apenas, com sua esposa. E confessa:

"Minha profissão nesta época do ano é quase nula. Não se faz nada neste tempo, pois ninguém planta grama no inverno. Mas a única coisa que me dá desgosto é saber que os tratores da Via Expressa arrancaram minha rocinha" lá do córrego. Tinha de tudo, moço. Era uma maravilha. Mandioca, cana, tomate, alface. Não passava fome, não".

Só os relógios.

A Prefeitura instalou parcialmente o equipamento para a energia elétrica nos pavilhões, mas os moradores reclamam na demora em concluir os serviços comentando "que ao que parece, praticamente só falta instalar os relógios medidores de energia". E continuam "quando chegamos eles garantiram que não demoraria a instalação dos relógios. Estamos sem luz há mais de três meses.

Outros chegaram a procurar pessoalmente o Prefeito José Richa, solicitando que interferisse na situação e a regularizasse. É o caso de Etelvina Freire de Araujo. "Não dá mais pra aguentar isto aqui não. Isto é a favela do Richa. Procurei-o pessoalmente na Rádio Clube de Londrina quando ele prestava declarações num programa. Disse-me que a Prefeitura iria construir casas populares para nós. Prometeu isto. Estamos aqui como porcos no brejo.

Etelvina que residiu durante 13 anos no Córrego das Pombas, faz questão de frisar: "Sempre mantive minha pequena casinha impecável e o assoalho era limpo e encerado". E continua, nervosa: "E agora estamos aqui. Cheios de promessas por todo o lado. Minha casa é um cubículo. Não dá nem para se mexer dentro. Não sei o que fazer. Estou cansada de matar ratos e baratas todo o dia. Até quando temos que aguentar isto?"

Felizmente, Sr. Presidente, a esta e a tantas outras indagações... (É interrompido pela Presidência)

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lembra a V. Exa. que seu tempo está esgotado, e dara um minuto para que V. Exa. conclua.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço a bondade de V. Exa., Sr. Presidente, e devo dizer que hoje me propuz a fazer esta observação desta tribuna apenas com um objetivo, objetivo de uma demonstração que felizmente não é a Arena que está na Prefeitura de Londrina. Imaginem se tudo isto estivesse acontecendo com um Prefeito da Arena. É um Prefeito do MDB. Mas, como se trata de reportagem de um conceituado jornal, fica apenas a nossa observação e registro que faço desta tribuna.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos nesta Casa presenciado diversos pronunciamentos atinentes à causa pública e atinente aos municípios do Paraná, com referência às suas administrações.

Vemos que alguém se preocupa e identifica o único município do Paraná, município este que desfruta no cenário brasileiro com uma ascendência e a toda prova, como é o município de Londrina. Vimos que por alguma razão, seja ela de inveja, de cor partidária que está muito bem entregue às mãos de um ilustre

brasileiro que é o Prefeito José Richa, estamos vendo e todo este Paraná, onde a Arena tem nas pessoas dos Srs. Prefeitos, homens ligados ao seu Partido, diversas matérias correlatas ao orador que nos antecedeu mas não vimos a esta tribuna falar das favelas de Curitiba, das favelas da rua Santa Catarina de Curitiba, como o nobre Deputado Adalberto Daros tem conhecimento, da . . .

O SR. ADALBERTO DAROS — Da Nossa Senhora da Luz.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Nossa Senhora da Luz, do Capane-ma, enfim em todas que existe progresso, principalmente no sentido de vias expressas, existe matéria atinente a desapropriações e consequentemente, a desapropriação de alguém que margeia estas vias expressas. O que nós não admitimos Srs. Deputados, é de que realmente, se identifique o único município como tendo este problema. Todos os municípios do Paraná têm este problema. A minha cidade que está entregue a um Sr. prefeito da ARENA também tem este problema. Não venho a esta tribuna falar dos problemas de Ponta Grossa, culpando a administração pública do meu município, eu entendo que a administração, seja ela da ARENA ou do MDB, fazem tudo de si, para o bem do seu município. O que nós trazemos a esta tribuna, e o que estamos trazendo na tarde de hoje é um apelo digo, pedido de informações dirigido ao Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, de uma matéria atinente às famílias paranaenses, brasileiras até. É isto, o nosso procedimento nesta Casa, respeitando os outros Srs. Deputados, que trazem matéria sempre dirigida a uma administração do MDB.

Então, queria pedir a estes Srs. Deputados, que de agora em diante, façam como nós fazemos, faça de interesse coletivo e não dirigido. Quero pedir aos Srs. Deputados que este nosso pedido de informações ao Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, na pessoa do Sr. Secretário, faz com que alguma coisa real e imediata nesta reformulação da Secretaria seja implantada dentro daquele órgão.

Queria pedir, desta tribuna, ao ilustrado líder da ARENA, Deputado Ivo Thomazoni, que em todas as boas ações aqui desenvolvidas pelo MDB e pela ARENA, pedir o acatamento dos seus liderados. para que este nosso pedido de informações que não tem outra intuição a não ser aquela de dotar o atual Secretário, de meios, para a implantação de reforma administrativa da Pasta em que dirige. Entregarei hoje, uma cópia do meu requerimento, para que até à Ordem do Dia, S. Exa., o Sr. Líder da ARENA veja que realmente a nossa intenção é uma só, de somar com a administração pública do Estado, na pessoa do Sr. Secretário da Agricultura.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados

Gostaria de novamente trazer a esta Casa alguns pronunciamentos feitos com referência à nossa cafeicultura. Mas, dado os poucos minutos que temos no Pequeno Expediente, quero simplesmente lembrar um pronunciamento que fizemos há poucos dias, da necessidade do Governo Federal, do IBC dar melhor incentivo à nossa cafeicultura para a renovação dos nossos cafeeiros, a única maneira de poder dar condições de que o Paraná continue a produzir café em grande escala, como fez até há bem pouco tempo. O preço que nós pedimos, é uma medida paliativa. E neste momento com muita satisfação, trago ao conhecimento da Casa as medidas adotadas por S. Exa., o Sr. Ministro da Indústria e Comércio.

(LÊ): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nome do povo do Paraná, quero congratular-me com o Ministro Severo Gomes, da Indústria e Comércio, pela brilhante e oportuna iniciativa de incentivar o replantio de café nas regiões produtoras do Paraná e São Paulo.

O Conselho Monetário Nacional aprovou no dia 16 passado a proposta de S. Exa. o Ministro Severo Gomes para a implantação do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais.

O Estado do Paraná, que em outros tempos chegou a ser considerado como o maior produtor de café em todo o mundo, realmente necessitava de um incentivo dessa natureza, visando a visando a recuperação de suas lavouras fechadas.

A diminuição da produção cafeeira vinha ocorrendo exatamente pela falta de recursos governamentais na renovação da lavoura em regiões produtoras tradicionais como a do Norte do Paraná.

Segundo o Plano elaborado pelo Instituto Brasileiro do Café, está previsto o plantio de 44 milhões de pés. Abrange ainda programas de estímulo à correção do solo e tratamento contra pragas e doenças, com aplicações de defensivos em 1 milhão e 400 mil hectares, além da aquisição de oito mil pulverizadores e 1500 tratores. Financiará melhoramentos rurais, com o objetivo de dar suporte necessário ao intenso movimento da renovação cafeeira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos sabemos que o Estado do Paraná muito deu ao Brasil com a excelência de seu café, exportando para todo o mundo o produto que se tornou marca registrada do nosso País em todas as Nações. Nada mais justo que agora, em uma época que não nos tem sido favorável, que não tem sido favorável à produção cafeeira, o Governo Federal venha nos dar uma injeção de ânimo, de estímulo para que possamos novamente nos orgulhar do nosso "ouro verde", com uma produção da qualidade, fazendo com que sejamos novamente os maiores produtores cafeeiros do Brasil, e colocando o nosso País em posição destacada no mercado internacional.

Fica aqui Sr. Presidente, Srs. Deputados, o agradecimento do povo paranaense e as minhas congratulações ao Ministério da Indústria e Comércio, pela iniciativa que foi recebida com uma grande alegria, não só pelos produtores de café do Estado, mas por toda a população paranaense, "porque sabemos o quanto significa a lavoura cafeeira em nosso Estado".

Sr. Presidente, falava-se há pouco em favelas.

Quando estava no auge a produção de nossa lavoura cafeeira, não existia a grande leva das famílias que vinham do interior para a Capital, para os grandes centros.

Queria aqui fazer uma ressalva, Sr. Presidente. Quando falou o Deputado Dácio Leonel, não quis falar sobre a existência de favelas criadas pelos próprios favelados, mas sim de favelas criadas por poderes públicos, muitas vezes mal traçadas e quase que em condições insuficientes de manutenção daquelas famílias, pelo acanhamento de sua construção.

Sabemos ser quase impossível impedir a criação de favelas, como temos verificado, pelo grande número de famílias que vêm do interior para os grandes centros, sem meios de trabalhar porque não têm mão de obra especializada.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, sexto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo encaminhar à Mesa um requerimento que tem o sentido de encaminhar ofícios a quatro secretarias e cuja súmula é a seguinte: (LÊ):

"Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas legais, tendo em vista a missiva recebida do Sr. Sub-Prefeito de Cafelândia, cuja fotocópia anexa ao presente, vem respeitosamente requerer a V. Exa., após ouvido o plenário, sejam encaminhados, com anexação de cópias da supra mencionada carta, nos termos constantes dos itens que se seguem:

1— Ao Exmo. Sr. General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública:

a) Reiterando sejam tomadas providências no sentido de que se pague os alugueres do prédio onde funciona a Delegacia de Polícia do Distrito de Cafelândia.

b Solicitando a atenção daquela Pasta, no que diz respeito a ajuda de custos hospitalares requerida pelo Sr. ENOS CIRICO, Escrivão de Polícia Interino, baleado em serviço”.

Devo esclarecer, nobres Deputados, que recentemente vimos uma nota publicada na imprensa, de que a Polícia do Paraná, parece, ou parecia ser, a melhor de toda a Corporação de Segurança das unidades federativas.

No entanto, temos notado que, com todo respeito que temos ao Chefe daquela Pasta, com toda a simpatia cativante de que é dotado, a sua corporação não vai bem. Diga-se de passagem, vai até mal.

Então, além de outros assuntos, esse que especificamos no distrito de Cascavel, pretende o município que evoca o direito de emancipação, deve merecer, da Segurança Pública, um destaque se não especial, pelo menos condizente com o seu progresso. (Lê):

II - Ao Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO BORSARI NETTO, D.D. Secretário de Estado da Educação e Cultura:

- Solicitando seja instalada uma Escola no distrito de Cafelândia, ou, pelo menos, ainda no corrente exercício, sejam colocadas em funcionamento tantas salas de aula quanto bastem para minimizar o angustiante problema do deslocamento de estudantes a que se refere o Sr. Sub-Prefeito”.

Ocorre. Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muitos alunos para conseguir vagas nas escolas, demandam a Cascavel ou Nova Aurora. (Lê):

III - Ao Exmo. Sr. Dr. ARNALDO FAIVRO BUSATO, D.D. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social:

Solicitando a atenção daquela Pasta no sentido de que ofereça condições adequadas de funcionamento à Unidade do Distrito de Cafelândia.”

Cafelândia inaugurou um Posto de Saúde mas não funciona, por falta de todas as condições humanas e materiais. (Lê):

IV - Ao Exmo. Sr. Dr. OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, D.D. Secretário de Estado dos Transportes:

- Solicitando sua intervenção junto ao 8º Distrito Rodoviário do DER, no sentido de que sejam melhoradas as condições de tráfego do trecho de estrada compreendido entre Cafelândia e Cascavel.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Cafelândia se constitui, hoje, num dos grandes suportes do notório desenvolvimento da micro-região de Cascavel.

No momento, dada a sua grande importância, e por satisfazer as condições exigidas para se tornar município, está tramitando nesta Augusta Casa processo iniciado com a assinatura de mais de uma centena de eleitores daquela localidade, visando a sua emancipação política.

Não pode, desta forma, a administração pública estadual ficar alheia a seus problemas.

As providências solicitadas às autoridades a quem pedimos encaminhamento de ofício, virão de encontro aos anseios de uma população ordeira e trabalhadora, que muito tem contribuído para o engrandecimento de nosso Estado”.

Este apelo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o fazemos até por solicitação de autoridade local, do sub-prefeito, cujo expediente anexamos a este requerimento com tantas cópias sejam necessárias para que tomemos conhecimento do assunto solicitado pelo sub-prefeito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria aproveitar este momento para dizer que a comunidade de Santa Tereza, distrito vizinho a Cascavel, e pertencente à Comarca e município de

Cascavel, está construindo um Posto de Saúde com todos os ônus por conta da comunidade.

Pediria verbalmente a S. Exa. o Sr. líder da Arena nesta Casa, que gestionasse junto à Secretaria de Saúde que, pelo menos, medicamentos e uma pessoa possa tomar conta daquele Posto de Saúde, pertencente ao Distrito Sanitário de Cascavel. Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaríamos de informar a esta Casa que a “via expressa”, que se constrói hoje, pelo Governo do MDB em nossa cidade de Londrina, foi iniciada pelo Governo da ARENA.

Iniciada no governo de Milton Meneses, continuada por Hosken de Novais, também da ARENA, e não sei se me engano, mas o próprio Deputado Dácio Leonel, quando Vereador naquela cidade, deve ter votado verbas para desapropriação da “via expressa”, naquela época ela se chamava Presidente Wilson, depois passou a ser Waldomiro Ferreira, em homenagem ao pai do ex-companheiro desta Casa, Olavo Ferreira da Silva. De maneira que é a continuação da antiga Presidente Wilson.

Com respeito a algumas desapropriações que estão sendo feitas, o Prefeito está pagando as desapropriações. Quanto ao que o Estado realizou há anos atrás, através do trabalho de Mário Stamm, a estrada ligando Londrina a Himital e Warta, até hoje as desapropriações não foram pagas, e que pese o esforço dos proprietários.

Sr. Presidente, gostaríamos de deixar este assunto para outra oportunidade, porque, hoje, vamos apreciar assunto da Capital.

(Lê): “A falta de sintonia, de coesão, de diretrizes bem definidas na área do planejamento urbano de Curitiba, está causando sérios problemas à população. Não se trata, no entanto, de um fenômeno novo a retratar o desmazelo de quem tem o dever de assegurar e contribuir para o bem estar comunitário, mais de prática bem antiga que demonstra, antes de mais nada, que não há planejamento global, não há cronograma, não há sintonia entre os órgãos de execução de obras públicas, numa afronta aos interesses coletivos à economia popular.

Verificamos com tristeza que os projetos de pavimentação de ruas da cidade, elaborados avidamente, com vistas à arrecadação de dinheiro (porque o asfalto está sendo vendido ao povo) não prevêm em obras elementares como esgotos e galerias de águas pluviais, não prevêm as redes telefônicas e nem tampouco a substituição de postes de madeira, pelos de concreto armado.

O que se observa então é que, concluída a pavimentação, em seguida surge o pessoal da SANEPAR que, sem qualquer resquício de respeito pelo dinheiro gasto pelo povo, mete lá a picareta, destrói o pavimento e abre valetas. Terminando o serviço, promove um remendo no pavimento que, como diria o poeta, “fica pior emenda que o soneto”.

A constatação dessa criminoso irresponsabilidade, Srs. Deputados, pode ser observada, por exemplo, no Padro Velho, onde a URBS vendeu asfalto aos moradores. Pavimentou as ruas e construiu novas calçadas, nos passeios, mas não teve o cuidado de gerenciar no sentido da substituição dos postes de madeira ali existentes.

Isto quer dizer que, mais dia menos dia, virá a COPEL à guisa de realizar um serviço, realmente imprescindível, novamente produzirá danos no pavimento e nos passeios.

E o povo, nobres colegas, que pagou caro e que, portanto, deve receber obra perfeita digna, ao menos, do seu esforço e da tremenda defasagem na sua paupérrima economia.

Tememos, Srs. Deputados, pelo futuro de nosso Estado, assim entregue a megalomânicos e irresponsáveis. Concordamos em que devemos caminhar na perseguição de um futuro mais compatível aos nossos anseios de desenvolvimento e conforto.

Concordamos em que já não somos mais uma cidade com características provincianas; que somos mais politizados; mas não concordamos que em nome dessa evolução, não se olhe com mais acuro e responsabilidade para os fatores determinantes do desenvolvimento, que é, sem dúvida, o povo.

Não temos o propósito de criticar levemente e inconsequentemente. Fazemo-lo no sentido de sugerir um reestudo nos padrões de planejamento de obras públicas, de modo a assegurar a mecânica indefectível do começo, do meio e do fim, para os serviços, como garantia dos soberanos interesses do povo que não pode continuar a ser tratado como os eternos "otários", vítimas dos contos do vigário que a mente prodigiosa dos arquitetos planejadores e administradores de todo naipe criaram para enriquecer o Estado e firmas particulares, em detrimento do povo, do pão do filho menor e da consolidação da família. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Cioni Netto, oitavo orador inscrito.

O SR. JOÃO CIONI NETTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dado o grande número de acidentes ocorridos no trecho Umuarama-Iporã, rodovia 86, resultando, muitas vezes, em vítimas fatais, encaminhamos à Mesa o seguinte requerimento para o qual pedimos a aprovação por parte dos Srs. Deputados. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, apelo no sentido de ser determinada a construção urgente, de um posto rodoviário, na rodovia 86, no km. 6, partindo de Umuarama a Iporã.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) JOÃO CIONI NETTO".

Era só, Sr. Presidente, o que gostaríamos de registrar nesta Casa, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao último orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, Líder do Governo e da Arena.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não me foi possível dar entrada no início do Pequeno Expediente a um Projeto de Lei, razão pela qual, segundo determinações da Presidência, o faço desta tribuna. (Lê):

"PROJETO DE LEI Nº 83/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — O art. 130, inciso III, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários do Estado), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 130 — Para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, será computado integralmente:

I —

II —

III — O tempo de serviço prestado em empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia, ou fundação instituída pelo Poder Público Estadual, sob qualquer regime de trabalho.

IV —

V —

Parágrafo único —

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

A inserção da figura da Autarquia em paralelo com as demais entidades no inciso III do art. 130 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários do Estado), é medida que se impõe em atendimento a preceito constitucional, dentre outros, como veremos adiante.

"CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ - Em nº 3
"ART. 76 — O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Parágrafo único — O tempo de serviço prestado ao Estado, computar-se-á também para os demais efeitos legais".

Bem assim preceitua a Constituição Federal, determinando no § 3º do Art. 102, a contagem de tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Já o Estatuto dos Funcionários Públicos Federais, em consonância com a Carta Magna, estabelece no Art. 80 - inciso IV:

"ART. 80 — Para efeito de aposentadoria e disponibilidade computar-se-á integralmente:

I —

II —

III —

IV — o tempo de serviço prestado em autarquia;

V —

VI VI —

Fácil de se verificar que as determinações legais aqui expostas, não condicionam a que regime de trabalho deva estar vinculado o tempo de serviço prestado. Assim, quer seja o estatutário, quer seja a CLT, deverá ser computado para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

O Decreto Lei 200, de 27 de fevereiro de 1967, que estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, define os órgãos de Administração Indireta, assim:

"ART. 4º — A Administração Federal compreende:

I — A Administração Direta

II — A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica própria:

a) — autarquias;

b) — Empresas públicas;

c) — Sociedades de Economia Mista.

(Obs: O D.L. 900/69, dispõe sobre as Fundações).

É sabido que as Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas do Estado do Paraná, como também algumas Autarquias Estaduais, são regidas pela CLT, como o Depto. de Edificações e Obras Especiais, a Administração de Recursos Hídricos, o Depto. de Estradas de Rodagem, o Instituto de Assistência ao Menor, etc. . .

Assim, não vemos o porque da continuidade da lacuna estatutária que se pretende sanar, porque se tornou flagrantemente conflitante com as disposições vigentes e antes enunciadas:

Oportuno que se ilustre in concreto esta justificativa, com entendimento já esposado pelo Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (In Rev. do T.C. nº 20/Abril - 1974, pág. 47/48), no Processo de Natureza Administrativa, sob protocolo nº 4830/73 - TC, em que foi relator o Conselheiro Leonidas Hey de Oliveira, cujas ementa e decisão são as seguintes:

"EMENTA — Contagem de tempo de serviço relativo a férias não gozadas junto a Autarquia Estadual — Funcionário sob regime da CLT. Contagem de tempo, referente a licença especial. Quinquênio completado com tempo de serviço na mesma Autarquia. Possibilidade. Pedido deferido para todos os efeitos legais.

"DECISÃO: Deferido. Unânime:

Pode parecer à primeira vista que a redação que pretendemos dar ao Artigo 130— inciso III, esteja prejudicada em face

do recentemente aprovado substitutivo do projeto de lei que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.

Ia dissemos que nosso objetivo é o de adaptar aquele artigo, a moderna definição legal administrativa, embora o espírito da lei da reciprocidade em tramitação no Congresso Nacional venha a reforçar nossa proposição".

() Projeto está devidamente instruído e com a justificativa detalhada.

Quero, de passagem, referir-me à interpelação feita pelo Deputado Zuk, que, ao formular um pedido de informações, solicitou dessa liderança um pronunciamento.

Consideramos o pedido de informações de S. Exa. altamente técnico e não vemos porque a Bancada da Arena não deva lhe dar toda ajuda.

O que estranho, é que S. Exa., de passagem, tenha feito referências ao Deputado Dácio Leonel, que da tribuna relatou fatos ocorridos na cidade de Londrina, sem se referir a nenhum Sr. Deputado em particular, e sem também não lhe faltar com o respeito ou com a ética parlamentar.

Lamentam tão somente que estejamos voltando ao clima da intranquilidade nesta Casa e volto a apelar para que não sejamos mais interpelados da tribuna, nominalmente. Não fica bem para nós da ARENA, assim como também aos Srs. do MDB.

Queria, fazer também, de passagem, este registro. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Findo o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Osvaldo Macedo. — (Ausente).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni. — (Declina).

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado. — (Declina).

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Enéas Faria. — (Declina).

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho. — (Declina).

Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo. — (Ausente).

Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Trajano Bastos. — (Declina).

Concedo a palavra ao oitavo orador inscrito, Sr. Deputado Del Ciel. — Ausente.

Concedo a palavra ao nono orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "A transcendência dos atos públicos tem importante graduidade à medida em que implica na produção de benefícios à população geral.

Este raciocínio jamais será alterado, a não ser que a ordem natural das coisas deixe de acompanhar a justiça e equitativa distribuição dos valores sociais, não prevaleça mais nas decisões dos que estão no Poder.

O Governo de S. Exa. o Governador Jayme Canet Junior tem primado desde o início de sua gestão, pela proteção dos ideais e anseios do povo paranaense, levando a ele todo o acerto de medidas que redundem no maior progresso social e no estabelecimento de um "status" que permita o desenvolvimento harmônico das comunidades do Estado.

Assim é que, partindo das diretrizes eminentemente objetivas e consentâneas com a realidade regional.

O Governo do Estado tem procurado atender aos mais diversos campos de atividades, através dos programas de incentivos e de auxílio direto, seja na agricultura, na pecuária ou na indústria, para não citar outras...

Sr. Presidente, a par do elenco de providências destinadas ao fomento de atividades diretamente ligadas ao desenvolvimento

econômico do Estado, o Governo Jayme Canet Junior vem empreendendo também uma série de iniciativas com a finalidade de implantar uma estrutura sólida, eficiente e definitiva no campo do desenvolvimento social.

As Secretarias de Estado diretamente relacionadas com esse setor já estão com seu programa de trabalho em franca execução, haja visto a Secretaria de Segurança Pública, por exemplo, que totalmente voltada para a promoção da segurança e tranquilidade da população, vem adotando uma série de medidas que se identificam com suas reais finalidades. Logo após instalada a nova administração naquela Pasta, foi iniciado um plano de policiamento preventivo na Capital com a finalidade de diminuir a incidência de crimes e levar à população um alento renovado de paz e prosperidade.

Com efeito, os resultados alcançados através dessa medida vieram realmente satisfazer às expectativas, pois hoje, constatamos, segundo estatísticas policiais, que a incidência criminal em Curitiba sofreu uma sensível redução aos últimos três meses. E a população da Capital voltou a respirar mais aliviada, pois sabe que, embora com dificuldades, a nossa polícia vem mantendo um ritmo de vigilância diuturno, não permitindo a ação gratuita de marginais e perturbadores da ordem. Com o apoio que o Governo vem oferecendo às suas iniciativas, a Secretaria de Segurança poderá robustecer ainda o seu sistema de policiamento, mediante a inclusão de novos homens na Polícia Militar e Civil. Com isso, o Estado terá condições humanas e materiais de acompanhar e diminuir a marcha do crime.

A filosofia de trabalho da Pasta de Segurança, voltada à promoção do Homem, tem repercussão na política de absorção do pessoal na área da Polícia Civil, desenvolvida, prioritariamente, com base em planejada avaliação de necessidades. Novas perspectivas ao aspirante à carreira oficial, como para os atuais servidores, diante do oferecido pelo processo de mobilidade vertical, que estatui na organização policial civil a retribuição conforme o esforço e o progresso individuais.

Com a criação e instalação do Conselho da Polícia Civil e mais recentemente com a regulamentação das promoções e dos concursos públicos — aspectos tratados pelo Estatuto — a nossa organização policial terá maior mobilidade para o desempenho eficiente e imediato de suas atribuições. A partir dessa inovação estabeleceu-se um critério de seleção de candidatos mais condizentes com a realidade atual.

Antes, obrigados a frequentar um curso de formação anterior ao concurso de no mínimo três meses, os candidatos, principalmente do interior do Estado, não tinham condições de concluí-lo satisfatoriamente, quando o conseguiram.

Dessa forma, o chamamento para a carreira policial, por mais bem remunerada que fosse, exercia uma atração insuficiente para levar o candidato a frequentar o curso de formação.

Para os candidatos residentes na Capital, havia o inconveniente de conciliar as aulas na Escola de Polícia, com o horário de seu emprego, mas muitos conseguiram superar este obstáculo. Para os do interior, no entanto, esse sacrifício era impossível, já que deveriam deixar a família, e transferir-se para a Capital, a fim de que, aqui, frequentassem o curso de formação. Hoje, com a oportuna mudança de critério, o candidato apenas se inscreve no concurso à carreira policial, e somente depois de aprovado e nomeado, é que frequentará o curso de treinamento até posterior efetivação para a função que escolheu. Pretendendo ampliar o programa de recrutamento para a área da Polícia Civil, a Secretaria de Segurança está estudando atualmente a possibilidade de se atrair mais candidatos do interior do Estado, através do desencadeamento de um plano de divulgação e de conscientização, demonstrando outrossim, a nova filosofia de trabalho sob a égide do respeito ao Homem e à Nação motivadora, para um melhor desempenho funcional".

O SR. EDILSON ALENCAR — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nós estamos, nobre Deputado, ouvindo com atenção o o seu pronunciamento.

V. Exa. está realmente, conforme eu ouvi, pintando o quadro da polícia de nosso Estado, que a nosso ver, não corresponde à realidade.

Há poucos dias, tive a oportunidade de trazer à Casa, afirmações de que o Governo passado, realmente, muito se preocupou e tudo fez para recrutar mais pessoal, e melhorar tudo, na Secretaria de Segurança Pública em nosso Estado.

Mas, a omissão, a arbitrariedade, ainda continua a tomar conta da Delegacia de Polícia de nosso Estado. Praticam crime, na certeza da imunidade. Porque parece que em nosso Estado, nobres Deputados, os policiais não são culpados. Não são incriminados; delegados de Polícia praticam arbitrariedade, na certeza absoluta da impunidade. E é por esta razão, por crimes praticados pela Polícia, as arbitrariedades, as omissões, continuam a imperar em nosso Estado do Paraná.

Temos hoje em nossa Casa, na Assembléia Legislativa, e V. Exa. tem ouvido, o estado em que estava o cidadão de Assis Chateaubriand, que aqui chegou com um filho de 16 anos, com fratura no crânio. Disse o pai que ele fora espancado brutalmente em Assis, por homens da lavoura, e ao pedir justiça da polícia, recebeu em contrapartida, ofensas, desrespeito, ferindo até sua integridade moral. O delegado de polícia se omitiu. Desconhecemos o motivo que levou o Delegado Argeu Saraiva, a não abrir inquérito para apurar a brutalidade, o crime praticado pelos cidadãos daquela terra.

V. Exa. ouviu, V. Exa. conversou com ele e no estado em que se encontrava aquele cidadão, aquele lavrador humilde, modesto, simples que veio a Curitiba, conversar com o Sr. Secretário de Segurança Pública para dizer a S. Exa. que em Assis Chateaubriand a autoridade policial se omite quanto à ação da Polícia.

Há poucos dias denunciei outros crimes cometidos pela Polícia de Assis Chateaubriand. Espancamentos brutais sofridos por homens pacatos, ordeiros, decentes daquela Comarca. V. Exa., em nome do Governo, prometera a este deputado que iria levar ao conhecimento do Sr. Secretário de Segurança Pública nossas denúncias. E acredito, tenho certeza e sei que V. Exa. levou ao Sr. Secretário de Segurança Pública, assim como ao Governador do Estado, as nossas denúncias. Mas até hoje não tivemos resposta e lá está o Delegado de Polícia Argeu Saraiva, batendo no peito e dizendo em voz alta: "daqui não saio, daqui ninguém me tira".

Que autoridade tem o Sr. Secretário de Segurança Pública para vir à imprensa de nosso Estado dizer que desconhece arbitrariedades policiais no interior do Paraná? E S. Exa. disse isto à imprensa do Paraná.

Na tribuna desta Casa diariamente comparecem deputados para denunciar policiais desonestos, violentos, arbitrários e desumanos. S. Exa. o Secretário de Segurança Pública até hoje não tomou conhecimento dos fatos.

Quero dizer a V. Exa., nobre Deputado, que amanhã pela manhã irei falar com S. Exa. o Secretário de Segurança Pública e levarei o cidadão espancado, maltratado, pedindo justiça para um cidadão que está em Curitiba, que foi há poucos minutos para o Hospital, onde seu filho está internado com fratura no crânio. V. Exa. viu o cidadão e o conhece. Deputado Gilberto Carvalho, V. Exa. pinta a Secretaria de Segurança Pública, de modo a transparecer a nós que tal Secretaria é um paraíso...

OSR. GILBERTO CARVALHO — Eu não disse que a Secretaria de Segurança é um paraíso. Muitas falhas existem ainda e é por isso tudo que S. Exa. o Secretário de Segurança, por determinação do Governo do Estado, está procurando dotar aquela Secretaria com a Polícia Civil em melhores condições, promovendo cursos e só nomeando mediante concurso, criando cargos de carreira para não se fazer como antigamente. Não quero culpar outros governos do passado, mas o critério adotado era

por ato de bravura. Hoje está sendo mudado o critério.

Quando V. Exa. ocupou a tribuna há poucos dias, denunciando o delegado de Assis Chateaubriand, eu com muita honra substitua o nosso eminente líder na Casa e prometi que levaria o fato ao conhecimento do Sr. Secretário de Segurança Pública. Naquela tarde me dirigi à Secretaria de Segurança e comuniquei o fato ao Sr. Secretário, que determinou que fosse feita uma sindicância, porque esta medida é preciso que se faça. Muitas vezes nós deputados e pela ligação que temos na região, temos mais facilidade de verificar as irregularidades apontadas.

E, nobre Deputado, nos municípios que temos a honra de representar, quando ocorrem fatos dessa natureza e tomamos conhecimentos dos mesmos, não esperamos uma sindicância. No dia seguinte mesmo, procuramos levar os fatos ao conhecimento da Segurança Pública.

E disse, ainda há poucos dias, em Londrina, que não temos comando político, temos representação política, represento aqui, o pensamento daqueles municípios que me honraram com seus votos, nas eleições de 15 de novembro. E sempre levo ao conhecimento das autoridades as reivindicações dos munícipes.

E assim tenho procedido, quando trago notícias daquilo que se realiza de bom e das falhas e irregularidades que tem ocorrido.

E essas providências o Sr. Secretário de Segurança está tomando, e responderá pessoalmente a V. Exa. essas e outras indagações, porque é do conhecimento da Casa que formulamos, há poucos dias, convite, através da Comissão de Polícia, para que o Sr. Secretário de Segurança aqui comparecesse. E ele o fará, dentro de breves dias, para dialogar com toda a Casa.

V. Exa. tem conhecimento de como tratei aquela pessoa que se apresentou, da cidade de V. Exa., e o encaminhei a exame de lesões corporais, em seguida.

E V. Exa. sabe, nobre Deputado, que esse não é o papel do deputado trazer essas pessoas a Curitiba, mas, encaminhá-las ao juiz, que tenho certeza, determinará a instauração de inquérito para apurar irregularidades.

O SR. EDILSON ALENCAR — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para dizer que, tenho a impressão que este deputado está sendo infeliz porque não conseguiu levar a paz à Assis Chateaubriand. Não tive, como disse, a felicidade como disse, que teve o nobre deputado Werner Wanderer, em Cândido Rondon que, com um simples pedido, o Sr. Secretário tomou as urgentíssimas providências, transferindo o delegado daquela comarca.

Nós, há quase 60 dias, estamos a lutar, a pedir e a gritar, aqui e lá fora, que o Sr. Secretário de Segurança tome as providências necessárias, mandando a Assis Chateaubriand, um delegado mais humano, decente e honesto, para dirigir os destinos de nossa comarca, que vive amedrontada, atemorizada pelo terror implantado pelo Delegado Argeu Saraiva. E aqui está uma certidão do Cartório, contendo denúncias daquele famoso delegado, famoso em todo o Paraná, porque, por onde já passou, deixou fama de arbitrário, de violento, de gritante.

Não sei porque razão, S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública não nos ouviu ainda e não tomou as devidas providências.

Soube hoje, pela manhã, nobre Deputado, que aquele delegado de Polícia bate o pé e diz: "daqui não saio, daqui ninguém me tira". Ele tem as costas quentes. E, parece-me, é um seu parente que é Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Segurança, é esse homem que está segurando o Sr. Argeu Saraiva, na Delegacia de Polícia de Assis Chateaubriand, e que está sempre a dizer: "daqui não saio, daqui ninguém me tira", quero ver quem vai me fazer sair daqui. Já me ofereceram Apucarana, Delegacia de Arapongas, mas não quero, quero ficar aqui em Assis Chateaubriand. O Sr. Secretário de Segurança talvez saiba disso e talvez

não saiba. Porque, parece que o seu chefe de gabinete é um protetor do delegado arbitrário Ageu Saraiva.

Para finalizar, quero parabenizar-me com V. Exa. e agradecer pela atenção que está me dando e pela ajuda que está dispendendo junto à Secretaria e ao Governo, no sentido de colaborar com os deputados e com a própria Secretaria de Segurança.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Nobre Deputado, quero afirmar a V. Exa. que é intenção do Governo do Estado fazer com que se proporcione e se dê garantias e tranquilidade ao povo, principalmente nessas regiões do interior, em que se clama por melhor assistência. Por isso, nobre Deputado, afirmo que todas essas denúncias terão nosso inteiro apoio em seu encaminhamento, para que tenham uma solução devida, e até mesmo vou requerer à Casa, que sejam encaminhadas a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança, as cópias das notas taquigráficas deste meu pronunciamento, com o aparte solicitado por V. Exa., porque nesse aparte V. Exa. caracterizou e fez menção às irregularidades praticadas no município que V. Exa. representa. E o Sr. Secretário tomará conhecimento desse aparte oferecido por V. Exa. e creio que posso afirmar que dentro de poucos dias ele estará nesta Casa para dialogar com todos os Srs. Deputados.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Gilberto Carvalho, V. Exa. foi muito feliz, principalmente no final do pronunciamento que fez. Ao afirmar que encaminhará ao Sr. Secretário de Segurança Pública as denúncias agora objetivas, sobre arbitrariedades policiais, cometidas por determinado Delegado de Polícia. Desejamos, em nome do governo, significar que o Governo do Estado e quero crer o próprio Secretário de Segurança, não têm, como não teve e não terá no futuro qualquer interesse em acobertar ato desonesto de qualquer autoridade policial no interior do Estado. O Governo do Estado, há poucos dias, ao lançar o seu projeto de desenvolvimento do Estado do Paraná, reconhecia, entre outras coisas, que os níveis de segurança pública neste Estado são relativamente baixos, pois nós temos no Paraná, somente um policial para cada grupo de 8.414 habitantes. E ao reconhecer essa lacuna na administração no setor de segurança pública, o Governo do Estado preconiza a urgência na seleção de homens para o preenchimento de cargos na Polícia Civil, para uma seleção melhor do elemento humano e para nomeação a fim de ampliar o quadro, para que haja um aumento de policiais para cada grupo de mil habitantes neste Estado.

Mas desejava, ao felicitar V. Exa., dizer que nós da ARENA, nesta Casa, se tivermos conhecimento de que qualquer de nossos colegas, por interesse político ou não, encoberta atos de autoridade policial desonesta, desde que se prove a desonestidade, seremos os primeiros a cobrar de nosso colega de bancada, como responsável pelas denúncias e que ele deve transmitir ao Governo do Estado as denúncias que sempre devem partir dos homens da ARENA, para que não fiquemos nós na defensiva nesta Casa, a parecer que temos interesse em acobertar atos desonestos de autoridade policial.

Conheço o Delegado Agildo Saraiva, não sei se o seu comportamento funcional é bom ou se é ruim, mas se não é correto ser recolhido porque a Bancada da Arena exigirá nem que o Sr. deputado representante do município deseje o contrário. Estamos cansados, nesta Casa, de ouvir denúncias, das denúncias serem repassadas e os deputados da Oposição a cobrarem do Governo medidas saneadoras.

É necessário que nós os deputados da Arena tenhamos, de agora em diante, a coragem de vir aqui e defender o delegado de Polícia se ele estiver certo ou então de corroborarmos as acusações e dizermos que as medidas vão ser tomadas para que seja recolhido. Porque do contrário esta Casa vai viver eternamente ouvindo denúncias e com a boa vontade de V. Exa. e nossa sem-

pre de defender a autoridade sem que saibamos de seu comportamento. Muitas vezes, quem sabe, defendemos alguém que não merece a nossa ajuda na sua defesa.

Então, de agora em diante, vamos passar a ser mais agressivos para com as autoridades responsáveis pelo setor de segurança. Se o Delegado não é bom para Goioerê, não será bom para Pato Branco; se não foi bom para Toledo, não será bom para Medianeira. Que se recolha, que se puna dentro daquilo que o Estatuto da própria Polícia Civil preconiza. Se o Estatuto concede direito e vantagens, o Estatuto, também, prevê obrigações, deveres e sanções.

Parece-me que se nós, de agora em diante, em termos de Arena falarmos um pouco mais alto e mais claro para evitarmos que nós deputados da Arena sejamos os responsáveis pela atitude menos digna de qualquer autoridade, se é que houveram atos menos dignos. Que se apurem as responsabilidades e se elas existirem não vamos mais poder transigir. Se ele cometeu uma arbitrariedade, que não seja transferido para outro município, para lá cometer as mesmas arbitrariedades, que seja recolhido e punido.

Pode V. Exa. ficar certo que ajudarei V. Exa. nestas providências e hoje, ao término desta sessão, nós dois iremos ao Secretário de Segurança Pública que é um homem digno, honrado e que deseja exercer bem o seu cargo, que vem fazendo com probidade e com honestidade, solicitar que nos ajude a demonstrarmos aqui, na Casa que é a caixa de ressonância da vontade popular, que o Governo Jayme Canet Junior, não tem nenhum interesse de acobertar qualquer ato menos digno de qualquer autoridade seja de que escalão for, seja de que setor da administração, onde a autoridade coatora estiver a exercer a sua atividade. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Quero agradecer o aparte do eminente líder, que bem interpretou o pensamento do Governo do Estado que é também o nosso pensamento, porque a nossa preocupação é de que os homens designados para manter a segurança dos municípios à frente das Delegacias de Polícia desempenhem bem suas função para nós Deputados não tenhamos que nos preocupar, porque temos muita coisa a tratar nesta Casa. Fica até desagradável, temos notado aqui seguidamente, muitos Srs. Deputados vindo à tribuna para denunciar e criticar delegados de polícia. É preciso que tenha um paradeiro nisto e para isto vamos lutar em conjunto. É por isto, nobre Deputado, bem disse o eminente Líder, da intenção do Governo da intenção de participar e levar até o fim, que se apurem irregularidades para que se ponha um paradeiro, de uma vez por todas, para que se dê tranquilidade ao povo, para que se dê tranquilidade a nós Deputados, para que possamos cuidar de outras matérias importantes para a vida do Estado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. me fez ver com alegria que há um ponto comum, que é o ponto da seriedade da destinação da coisa pública e dos serviços públicos, porque nós, da Oposição, realmente sofremos bastante para levar a cabo a nossa missão com seriedade, com integridade, com justeza e com justiça porque os assuntos que temos trazido para esta Casa a respeito de segurança pública com farta documentação e quantos Deputados assomaram à tribuna desta Casa. Realmente nos conforta, por vermos com alegria que a liderança da Arena e a Vice-liderança também, está a anunciar, porque entendemos também que deve ser o propósito não só do nosso Partido mas do Partido do Governo e queremos aguardar estes acontecimentos, porque entendemos merecer a nossa fé, a nossa confiança as palavras da Liderança do Governo. Por este motivo que iremos aguardar e aguardar até com muita expectativas, para se colocar imposição e seriedade também às questões que aqui se levantam.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Queremos fazer uma obser-

vação que iremos aguardar com expectativa. Eu, há poucos dias, recebi uma denúncia de irregularidades de representantes de São Bento do Ivaí, e fiz uma reunião, não só da Arena, mas uma reunião e foi constatada a irregularidade. No dia seguinte, trouxe uma representação do município e imediatamente foi feita a substituição. A representação não só era da Situação mas da Oposição também.

O SR. EDILSON ALENCAR – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Mais uma vez importuno V. Exa. mas, não poderia deixar de aplaudir, sensibilizando, a atitude decente, justa e não poderia receber de outra forma, nem esperar de outra maneira que não fosse a humanidade, a sinceridade, a decência do nobre líder do Governo, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que se propõe a unir-se com este Deputado, que já possuía um aliado que seria V. Exa., em defesa de Assis Chateaubriand e que, juntamente com V. Exa. iria ao Secretário de Segurança Pública. Quero, nesta oportunidade, parabenizar o nobre Líder do Governo nesta Casa, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que sempre se mantém nesta Casa num comportamento invejado e oferecer ao líder do Governo, subsídios que possuo, provas, certidões, depoimentos, com firma reconhecida, para que o Líder do Governo e V. Exa. vice-Líder, estejam junto ao Sr. Secretário, para premiar Assis Chateaubriand em nome do Governo, mandando, urgentemente, àquela região, à minha comarca – a documentação está aqui nesta Casa, e este homem, Deus queira que não pereça, está com o crâneo fraturado – a ação da Polícia. Assis Chateaubriand está à disposição do Governo.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Presado Deputado Adilson Alencar, uma observação, porque dá a entender à Casa, que a Polícia espancou uma determinada pessoa, em Assis Chateaubriand, quando essa pessoa foi espancada em uma briga, e de que a alegação dessa pessoa é de que procurou depois uma autoridade e que a autoridade não tomou providências.

O SR. EDILSON ALENCAR – Referi-me à omissão da polícia, a polícia realmente foi procurada para as providências imediatas, e as vítimas não tiveram, do delegado, a menor acolhida, a menor atenção.

Mas amanhã pela manhã, comprometo-me a entregar a V. Exas. todos os documentos que possuo contra o delegado de Polícia Argeu Valério Saraiva, pedindo a Deus e à consciência do Sr. Secretário de Segurança Pública, reforçado pelo pedido do Líder de Governo e de vossa pessoa que representa aquela comarca, que medidas sejam tomadas a respeito do delegado de polícia que tem até apelido na cidade, DIABO LOURO DE ASSIS CHATEAUBRIAND, e esperando que estes fatos não continuem a enodoar a Secretaria de Segurança Pública, uma Secretaria que ao Paraná tanto deve, servir a todos.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Queria, nobre Deputado, em primeiro lugar, creio que em nome do MDB e na totalidade dos representantes desta Casa, dizer que esta nova medida, de este novo método a ser implantado daqui para a frente, dito por V. Exa. e pelo ilustre líder da ARENA, Deputado Ivo Thomazoni, de que, de agora em diante aquele quadro implantado nesta Casa desde o primeiro dia do nosso assentamento nesta Casa, qual seja do levantamento de denúncias desta ou daquela autoridade, o posicionamento dos Senhores Deputados da ARENA tem, a partir do dia de hoje, além do respeito e admiração, a total cooperação dos homens do MDB. Haveremos de dar, com este posicionamento dado por palavra empenhada por V. Exa. e pelo nobre líder de que agora em diante o Governador Jayme Canet Junior irá realmente analisar com profundidade acima de tudo com imparcialidade, as arbitrariedades e principalmente aquilo que não se referenda à análise não somente na área de segurança, mas, em todas as

áreas. Como aquela denúncia levantada nesta Casa com referência ao setor algodoeiro, denúncia formulada pelo eminente Deputado Jayme Carvalho.

Quero neste instante, em nome do MDB, falar a mesma linguagem que o nobre líder falou, de que, de hoje em diante passaremos para uma atuação de representatividade e não para aquela posição que era somente de defesa. Queremos parabenizar o nosso ilustre líder da ARENA, de que, apadrinhados por este ou por aquele Deputado terão ainda, além do nosso descontentamento, o descontentamento da Liderança da ARENA na pessoa do líder e dos vices-líderes. Parabéns, nobre Deputado Gilberto Carvalho, e nossas congratulações ao que nos traz a bancada da ARENA, que de hoje em diante, o seu posicionamento será em termos de interesses paranaenses, os nossos cumprimentos em nome do MDB do Paraná. Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Tão somente para me valer do oferecimento do eminente Deputado Edilson Alencar: Entre o primeiro aparte e este que estou concedendo com a permissão benevolente de V. Exa., eu fui informado que as autoridades municipais, do município representado pelo eminente Deputado Edilson Alencar, acabaram de encaminhar às autoridades de Segurança Pública do Estado, e também ao Sr. Deputado da ARENA, representante daquele município, memorial através do qual pretende inocentar o delegado Argeu Saraiva, das acusações que lhe são imputadas por omissão, nas providências que estariam sendo exigidas para coibir arbitrariedades cometidas naquele município, ou violências cometidas naquele município. Desejávamos então solicitar de S. Exa. o Sr. Deputado Edilson Alencar, que na medida do possível me reparasse as informações que temos, das quais aludiu, para que me deixasse em condições, de em nome da nossa bancada, exigir da Secretaria de Segurança Pública, que eu repito, tem na sua frente um homem digno, honesto e correto e que deseja um clima de tranquilidade neste Estado, para que junto a ela possamos, com os elementos que os Srs. Deputados haverão de fornecer, para que se faça realmente, com toda a presteza, mas com muita honestidade, o levantamento da responsabilidade do titular da Delegacia daquele município. Eu não poderia encerrar esta minha intervenção, sem dizer que não é método novo da nossa bancada e que não é que de hoje em diante, nós estejamos aqui, pretendendo adotar novas posições. Porque nós sempre pugnamos para que haja na administração pública, o máximo de respeito à dignidade humana. E como ocorre ser o setor de Segurança Pública, aquele mais sujeito a deslises por vontade sempre isolada de algum elemento do interior, nunca por inspiração de autoridade maior, quer me parecer que é este o setor, portanto, que deverá de agora em diante, como disse, merecer de nossa parte, melhores cuidados, ao ponto de nos fazer exigir em nome da ARENA, da bancada com assento nesta Casa, mesmo se isso contrariar interesse pessoal de elementos de nossa bancada, medidas que representem, e que traduzem a vontade do Sr. Secretário de Segurança, que é a vontade do Governador Jayme Canet, para que as autoridades do interior, tenham um comportamento digno de um Governo que é digno. Pois a nossa intenção de eu me intervir no brilhante pronunciamento de V. Exa. para fixar a nossa posição e a posição do Secretário de Segurança e do Governador do Estado. Porque neste episódio, por exemplo, Deputado Edilson Alencar, estamos antevendo uma polêmica, quem sabe até nos próprios quadros da Polícia Civil, porque autoridades municipais acabam de encaminhar um manifesto em que apoiam, em que definem a atuação do Delegado como sendo boa. Por esta razão é que temos que estar unidos, agora sim, de documentos que nos induzam a creditar que aquele cidadão não está se comportando como devia, para que assim possamos sensibilizar o Sr. Secretário de Segurança da necessidade urgente do envio para aquele município de um Delegado especial para presidir um inquérito administrativo.

Conheço o Gal. Alcino e acredito que haverá de nos atender, porque nem ele, nem ninguém tem interesse de que aquela população ou a população de qualquer outra Comarca viva intranquila, não acreditando em sua autoridade policial.

Esta a razão que me fez intervir, falando até em tom ríspido porque, numa reunião de bancada, confesso ao MDB, estava a exigir dos deputados de nosso Partido, que quando uma autoridade estadual de qualquer município fosse aqui acusada, o deputado teria a responsabilidade de refutar as acusações se não fossem verdadeiras, e se fossem verdadeiras, apoiá-las e permitir que medidas saneadoras fossem adotadas. Se qualquer de nossos colegas de bancada assim não proceder, a bancada, coesa e unida, tomará as providências, malgrado tenha interesse diferente o deputado representante daquele município.

Eram estas as afirmações que desejava reiterar e, ao fazê-lo solicito ao deputado Edilson Alencar que forneça a documentação e haveremos de mostrar a esta Casa e a população de seu município, o interesse urgente da Secretaria de Segurança em solucionar o caso.

O SR. EDILSON ALENCAR – Obrigado a V. Exa.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Agradeço o aparte e V. Exa. bem definiu nossa posição. Agradeço também as informações que traz a esta Casa. Bem pode notar o Deputado Edilson Alencar a divergência que existe dentro do próprio município, quando procuramos culpar o Secretário de Segurança, quando de um lado julgamos o delegado inocente, e de outro lado culpado. Só existe um meio de saber, através da instauração de um inquérito administrativo da própria Secretaria de Segurança. Mas é uma coisa demorada e precisamos de elementos, o que pedimos a V. Exa. Haveremos assim de ter uma solução, para conhecimento de V. Exa. e de todos que desejam tomar conhecimento do assunto.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nesta Casa, Sr. Deputado, foram repudiados pedidos de informações da bancada do MDB. Nesta Casa, foram repudiados pedidos de convocação de Secretário de Estado, formulados pela bancada do MDB. Os Srs. Deputados do MDB, nas suas reiteradas e sistemáticas denúncias aqui trazidas têm sido rotulados de críticos fáceis, de detratores de um Governo altamente preparado para exercer seu trabalho.

Se atitudes outras foram adotadas, vejo hoje ecoar de público a manifestação do eminente líder da ARENA, inaugurando ou prometendo inaugurar uma nova sistemática de trabalho para sua bancada, capaz...

O SR. GILBERTO CARVALHO – Não é nova sistemática de trabalho. É a que sempre adotamos.

O SR. ENÉAS FARIA – ... capaz, inclusive, eminente Deputado, reformular o andamento dos trabalhos desta Assembléia Legislativa.

E vejo isso com muita alegria, com muita satisfação. E, já amanhã, estaremos a testar a boa vontade da bancada governista, de colocar a descoberto a administração pública do Estado. No caso específico, nobre Deputado Gilberto Carvalho, do quadro policial que, diariamente, é apontado dessa tribuna, por tantos e tantos deputados, e me parece que a raiz do problema é outra. Não gosto muito de falar nesse assunto; nem gostam os outros de ouvir quando dele se fala aqui. Mas, a raiz da questão está, insofismavelmente, situada no terreno nefasto, odioso, dos chamados "comandos políticos", que ainda existem nesta terra, a criar problemas desta ordem, a gerar dramas desta natureza, e que vêm como dádiva do Palácio, e retornam duplicados, em forma de problemas à autoridade maior do Estado.

Veja, eminente Deputado, o caso concreto de Assis Chateaubriand, que conheço apenas pelo que aqui foi relatado. O delegado, aqui denunciado, procedeu de forma arbitrária, violenta,

anti-jurídica, exorbitando de suas funções.

E hoje é anunciado que, aqui, chega um documento assinado pelas autoridades daquele município, dizendo que o delegado é um homem correto, decente, digno, procede da forma mais esportiva, baseado no direito. E o que nós vemos, é esse o delegado que respondeu a um pedido de "habeas corpus" com um tiro no rosto do advogado. E se não me falha a memória, foi esta a denúncia.

O que se vê é que apesar da boa vontade, do entendimento que se quer dar, a estrutura do "comando político" impede e garroteia qualquer coisa que se faça diferente. Nós vamos acabar assistindo que a força política haverá de manter essa autoridade e outras tantas que procederem da mesma forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência comunica ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que lhe restam apenas 4 minutos para concluir sua oração.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Nobre Deputado, todas as vezes que V. Exa. aparteia, sempre faz referência aos "comandos políticos". Eu não entendo, e não tenho "comando político", eu tenho apenas representação política.

O SR. ENÉAS FARIA – Só para conceituar, então, no caso específico, tenho para mim que o quadro policial para exercer essa alta e nobre missão, ou é diminuto e pequeno e não consegue cobrir o Estado, o que vem demonstrar uma omissão do Poder Público, ou da própria Secretaria de Segurança, quanto ao aperfeiçoamento e encaminhamento dessa questão, ou então, esses homens qualificados...

O SR. GILBERTO CARVALHO – V. Exa. sabe das dificuldades que tem um delegado. Um dos maiores municípios que representa, Jandaia do Sul, estou solicitando para lá, um delegado. Não sei quem vai, estou preocupado e fazendo votos para que vá uma boa pessoa. Mas, se falhar, quem é o culpado?

O SR. ENÉAS FARIA – ... Ou o quadro é diminuto...

O SR. GILBERTO CARVALHO – Peço permissão a V. Exa., mas preciso concluir.

O SR. LÚCIO MACHADO – V. Exa. permite um aparte?

O SR. GILBERTO CARVALHO – O Sr. Presidente já comunicou que o meu tempo está a se esgotar, então, pediria a V. Exa. que fosse breve.

O SR. LÚCIO MACHADO – Verificamos, no decorrer de seu pronunciamento, que a principal preocupação de V. Exa. é esclarecer a impossibilidade da Secretaria de Segurança do Paraná de evitar os acontecimentos que têm ocorrido e que têm sido denunciados pela minha bancada, quase que constantemente, sobre Delegados de Polícia, incapazes de exercer o alto cargo, que não têm preparo para manter um clima de tranquilidade, e que usam deste poder para esapancar, amedrontar, o que foi que aconteceu recentemente.

Quero dizer que nós, da bancada do MDB, não temos dúvidas quanto à dignidade e honra do Sr. Secretário...

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência alerta ao orador que resta um minuto para encerrar.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Nobre Deputado, permita que eu preciso concluir.

Para finalizar meu pronunciamento nesta tarde, quero deixar bem claro a intenção de nossa bancada, quando nós votamos contra um pedido de informações, é pena que o tempo seja pouco e poderia causar polêmica neste momento, mas haverá outra oportunidade em que poderemos falar sobre esse assunto. Sempre tem sido nossa intenção procurar trazer o mais rápido possível as informações.

Ontem, quando o Deputado Ivo Thomazoni se propunha a acompanhar o Deputado até a TELEPAR, nós sabemos que to-

dos os Deputados têm trânsito livre não só na TELEPAR como em todas as Secretarias do Estado, que estão de portas abertas para atender a todos os Deputados e dar todas as informações solicitadas. Quando solicitam uma informação, procuramos trazer com a maior brevidade possível.

Encerrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, haveremos de voltar em outra oportunidade, para fazer referência aos pedidos de informação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Esta Presidência anuncia a presença em plenário do Sr. Prefeito Municipal de Umuarama, que se acha acompanhado do Sr. Deputado João Cioni Neto.

Os agradecimentos da Assembléia a toda a comitiva, representada pelo Prefeito Durval Sheifer, pelo Assessor Dr. Nabor Moraes, Silva Neto, Bordan Baraniuk, Dário Pimenta e Pedro Siqueira.

Também com prazer anunciamos a presença do Vereador José Elídio, de Telêmaco Borba.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.).

Responderam a chamada nominal 29 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, lido da tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nachi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução N. 47/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 66/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério de Educação e Cultura, objetivando regularizar as obrigações decorrentes da aplicação dos recursos oriundos do Salário-Educação.

Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei N. 01/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem N. 8/75, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, no atendimento de despesas com construção e ampliação da Colônia de Férias do Balneário Caiobá.

Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.

EM REGIME DE URGÊNCIA, com EMENDA de Plenário.

Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, somente para indagar da liderança, se nesta discussão a emenda que nós havíamos falado, a respeito deste projeto, foi apresentada nos termos?

Considero discutida, de minha parte.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir).—

Sr. Presidente, em segunda discussão o projeto de lei em apreço recebeu emenda que alterava a redação desse plano de lei, redação que substituiu algumas expressões.

O projeto de lei, alías o Deputado Fidelcino Tolentino, tem razão, porque não foi alterada a redação, na Ordem do Dia distribuída aos Srs. Deputados; no original, a importância referida seria para atender despesas com a construção e ampliação; a emenda, aprovada na sessão de ontem, muda a redação para "ampliação e manutenção da Colônia de Férias do Balneário Caiobá". Portanto, já foi alterada a redação, com a aprovação da emenda, em segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Lei N. 1/75, com Emenda.— **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei N. 41/75, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Ação Social Cristo Profeta da cidade de Apucarana.

Parecer favorável da C.C.J.

EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução N. 48/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 68/75, que aprova o Termo Aditivo firmado ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, objetivando a execução de um projeto de informação de mercado Agrícola.

Parecer favorável da C.C.J.—Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei N. 119/74, de autoria do Dep. Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo doar ao Banco do Estado do Paraná S.A., os lotes de terreno n.ºs: 4 e 5, da quadra 38, da planta da cidade de Tapejara D'Oeste.

Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C.

EM REGIME DE URGÊNCIA — APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 119/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Banco do Estado do Paraná S.A., os lotes de terreno ns. 4 e 5, da quadra 38, da Planta da cidade de Tapejara D'Oeste, sede do município do mesmo nome, destinado a construção do prédio para a agência local do referido estabelecimento bancário.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1974.

a) PAULO CAMARGO.

JUSTIFICAÇÃO.—

Pelos expedientes anexos, verifica-se o interesse em construir sede própria no município de Tapejara D'Oeste é do próprio Banco do Estado do Paraná.

É claro que tal melhoramento resulta em benefícios para o município, razão pela qual o respectivo Prefeito se empenha na doação do terreno.

Esta Casa é competente para encaminhar esse encontro de interesses, em termos de progresso estadual.

Esse o escopo do projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 119/74

Fls. 2

Dep. Luiz Roberto Soares

Em 0304.75.

Presidente:

Assinado pelo ilustre Deputado PAULO CAMARGO, o presente palmo de lei, autoriza o Poder Executivo a doar ao BANCO DO ESTADO DO PARANÁ SA., os lotes de terreno Ns. 4 e 5, da quadra 38, da planta da cidade de Tapejara D'Oeste.

Como se trata de mera autorização e a justificação apresentada me convence de sua oportunidade, o parecer é favorável.

Pela aprovação.
É o parecer,
S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 119/74

P A R E C E R

1— O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado PAULO CAMARGO, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Banco do Estado do Paraná S.A., os lotes ns. 4 e 5, da Quadra 38, da Planta da cidade de Tapejara D'Oeste, sede do município do mesmo nome, destinado à construção de um prédio para a agência do referido estabelecimento.

2-- A douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciou favoravelmente à medida, por atendê-la oportuna e constitucional.

3— A justificação que acompanha o projeto em exame, igualmente, nos convence da conveniência e oportunidade da medida proposta.

Daí o nosso parecer pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1975.

aa) EGON PUDELL — Presidente

DOMICIO SCARAMELLA — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de autorizar o início da construção do ginásio de alvenaria, na sede do município de Pérola. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, solicitando a realização de plebiscito e criação do município de Figueira, neste Estado. À C.C.J. para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de lei Nº 70/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido da necessidade de providências para o revestimento primário da estrada que liga a cidade de Palmeira a São João do Triunfo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Diretoria da SANEPAR, no sentido de ser regularizada a distribuição de água pela rede da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser terminada a construção de um Posto Rodoviário, na Rodovia PR 86, km6, partindo de Umuarama a Iporã. — Em discussão.

O SR. ERNESTO GNOATO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida para amanhã, a discussão do requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários de Segurança Pública, da Educação e Cultura e da Saúde e Bem Estar Social, bem como ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a atenção de suas pastas, no sentido de

atender a diversos problemas relacionados com o distrito de Cafelândia, município de Cascavel. — Em discussão. Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Para encaminhar a votação.

Observa V. Exa. e de resto os Srs. Deputados que cerca de noventa e nove por cento dos requerimentos que inserem pedidos de informações têm tido apoio total da bancada governista nesta Casa, Sr. Presidente. Ontem a Arena foi reiteradamente cobrada por haver pretendido prestar informações a requerimento do eminente Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, e obstada pela exiguidade do tempo não pode, da tribuna, fornecer-lhe todas as informações e ao pretender afirmar esta Liderança que se qualquer das respostas formuladas, das as indagações formuladas, não esclarecesse bem o eminente Deputado, a Liderança estaria à sua disposição para, se necessário, acompanhá-lo à TELEPAR e ali, ele haveria de se esclarecer, porquanto era este o desejo, Sr. Presidente, daquela diretoria e da Secretaria do Interior. Hoje, nós deparamos com um pedido de informações Extensas, porque dirigidas

(É interrompido).

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. permita, somente para esclarecer que a matéria anunciada se vincula a reivindicações, não estando sendo analisado na oportunidade, pedidos de informações.

O SR. IVO THOMAZONI — O pedido de informações insere algumas indagações a diferentes pastas, uma das indagações solicita que se pague o aluguel da casa onde funciona a delegacia do distrito de Cafelândia do Oeste, município de Cascavel.

Perguntaria à Presidência, faz o deputado alusão a contratos existentes entre o locador e a Secretaria de Segurança? E se faz, enumera o número de processo? Se dá o número do proprietário da casa, para que assim tenhamos possibilidade de localizar o processo, se é que existe. Se não houver, Sr. Presidente, contrato de locação de imóvel, não é justo que se cobre da Secretaria uma providência que deve ser, antes de mais nada, adotada pelo proprietário de imóveis, a quem compete encaminhar, solicitar a lavratura do contrato, a publicação do mesmo, para depois, então, solicitar a liberação das importâncias devidas.

Se existe algum detalhe sobre a possibilidade de localizar-se o processo de ressarcimento das despesas hospitalares, pedidas segundo o peticionário, pela Secretaria de Segurança e determinado colaborador da Polícia. Porquanto, se não me falha a memória, ao ouvir a leitura do requerimento, quer me parecer, que quem pretende o ressarcimento ou o pagamento das despesas hospitalares, não é do quadro próprio da Polícia Civil do nosso Estado.

São indagações que faço para facilitar a localização dos processos, para que a Secretaria possa, evidentemente, adotar as medidas necessárias e não ficar sujeita à procura de um processo que poderá até não existir naquela Secretaria, Sr. Presidente.

Voltaremos a favor deste apelo, é claro, mas apenas com uma preocupação de que o Sr. Deputado subscritor faça as reivindicações, no sentido de facilitar o órgão público a prestar as informações do porque do atraso do pagamento. Se existe contrato de locação, se foi publicado no Diário Oficial; se esta em fase do pagamento ou não. Porque, se estão atrasados, por que então? Se há necessidade de renovação contratual, inclusive. Porque a razão se não pode parecer que há má vontade da Secretaria em cumprir uma das suas obrigações, quando às vezes é necessário que o locador tome as providências no sentido de se habilitar ao recebimento. E esta habilitação está no estabelecimento do contrato na sua publicação e depois então num requerimento das importâncias que tenho aqui. Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino.

OSR. FIDELCINO TOLENTINO - (Para encaminhar a votação).
queria apenas informar ao nobre líder do Governo que, sendo o reclamante ou a pessoa aludida pela sub-prefeito de Cafelândia, o locador, e o próprio escrivão que sofreu danos por ação de perseguição a assaltantes, eu parto do princípio de que a matéria deve estar, naturalmente, já reivindicada porque a reclamação partiu de uma autoridade que é o escrivão, e o meu requerimento, tem um sentido de solicitar àquela Secretaria. Eu parto do princípio de que o assunto é matéria conhecida. Mas, se tiver uma matéria estranha, a nossa posição é apenas de colaboração, e um ofício, uma formalização de um pedido para que aquele sub-delegado, ou escrivão interino, tenha o ressarcimento porque já é do conhecimento da Secretaria de Segurança, e é antigo.

Era só para esclarecer.

Sem revisão do orador..

OSR. PRESIDENTE - Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja instalada a Inspetoria de Ensino em Nova Londrina.

APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk constante, do expediente, solicitando seja enviado ao Sr. Secretário da Agricultura, pedido de informações, referente ao desmatamento, e sugerindo a criação do Instituto Florestal no Paraná. APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, sexta-feira, as 10,00 horas, com a Ordem do Dia já acuciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS 8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Através da Resolução N. 21/75, de vinte e oito de maio do ano em curso, com competência exclusiva para manifestar-se sobre Projetos de Lei relacionados nas atividades de administração de pessoal, obtenção, manutenção e desenvolvimento dos recursos humanos para a administração direta e indireta, foi criada a Comissão de Recursos Humanos: e, aos dezessete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, cumprindo indicação de suas respectivas lideranças partidárias, compareceram a Sala de Reuniões das Comissões os senhores deputados Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel e Jurandir Messias, pela ARENA, e os senhores deputados Nelson Buffara e Benedito Lúcio Machado pelo MDB, a fim de proceder a instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Recursos Humanos. Iniciados os trabalhos, assumiu a Presidência o senhor deputado Gabriel Manoel na forma do Regimento, Interno a fim de proceder a eleição. Procedida a votação, verificou-se a eleição do senhor Jurandir Messias deputado para o cargo de Presidente e do senhor deputado Benedito Lúcio Machado para o cargo de Vice-Presidente. Assumindo a Presidência, o senhor deputado Jurandir Messias, agradeceu em seu nome e em nome do senhor Vice-Presidente tão honrosa investiduras, dizendo em poder retribuir à altura dos senhores membros da Comissão de Recursos Humanos e demais deputados deste Poder Legislativo nos cargos ora eleitos, após o que condicionou, que as reuniões da Comissão de Recursos Humanos serão de acordo com a existência de matéria afetas a mesma e que quando tal ocorrer realizar-se-á após a Sessão Plenária, mandando-me lavrar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente, demais membros e por mim Secretária designada, Elza Carneiro Camargo, a fim de que produza os efeitos legais...

aa) JURANDIR MESSIAS - Presidente
LÚCIO MACHADO - Vice-Presidente
Elza Carneiro Camargo - Secretária